

Distr.  
RESTRITA

E/CEPAL/SEM.12/R.24  
30 de dezembro de 1983

ORIGINAL: PORTUGUÊS

---

C E P A L

Comissão Econômica para América Latina

Seminário Técnico Regional sobre Mulheres e  
Famílias dos Estratos Populares Urbanos na  
América Latina

Santiago, Chile, 28 de novembro a 2 de dezembro  
de 1983

NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLITICA:  
AS MULHERES NO BRASIL

Este documento foi preparado por Ruth C. L. Cardoso, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade de sua autora e podem não coincidir com as da instituição a qual pertence e com as da Organização.

83-12-2318



Depois dos anos 60, a presença dos movimentos sociais no cenário político mundial se fez constante e geral. Fazendo renascer esperanças contestatárias, estas manifestações pareciam dar vazão a reivindicações que tinham estado abafadas e que não encontravam canais capazes de expressá-las.

A leitura política que foi feita a partir da expansão destes movimentos privilegiou seu lado espontâneo, sua distância de organizações partidárias e sindicais e acentuou seu caráter transformador. A sociedade civil, ao produzir autonomamente estas manifestações, contrapunha sua força, tanto ao poder de Estado, quanto aos micro-poderes instalados em várias instituições até então vistas como legítimas. As coerções que sutilmente dirigem a vida cotidiana foram postas em questão nas famílias, nas escolas, nos bairros, etc.

As ações contestatárias tinham como objetivo imediato denunciar as discriminações e repressões passivamente aceitas e, a longo prazo, sua finalidade seria a construção de uma sociedade igualitária e livre. Entretanto, o modelo do futuro nunca foi explicitado e principalmente, não existem propostas com relação ao caminho político para restaurar a igualdade e a liberdade. Quanto a fraternidade, já é, supostamente, praticada por todos estes movimentos, como instrumento de mudança de valores. A proposta é partir da prática cotidiana para chegar a transformar a sociedade e conseqüentemente, o Estado. Por esta razão, a luta contra o poder do Estado se faz através da desobediência civil, isto é uma forma de protesto que indica mais o desejo de controle sobre o poder público, que sua derrota ou transformação.

Lutavam contra o conformismo, o racismo, o sexismo, para fazer emergir instituições alternativas, paralelas às oficiais, que viabilizariam uma sociedade nova.

Porém, todas estas lutas deixaram raízes e criaram condições para novas formas de reivindicação frente ao Estado.

As explosões desordenadas dos negros, das mulheres, dos estudantes e dos pacifistas foram deixando um saldo positivo e abriram caminho para manifestações mais constantes e mais localizadas. Tanto iniciaram frentes pelo reconhecimento legal dos direitos iguais independente de sexo, cor ou idades, quanto programas de promoção para os grupos discriminados. E passaram também a conviver com os movimentos sociais urbanos que lutavam por serviços públicos ou se opunham a políticas sociais lesivas aos interesses populares.

Na América Latina, estes movimentos populares mereceram mais atenção que as explosões libertários dos estudantes, mulheres, homossexuais, negros,

/etc. E

etc. É possível que os primeiros sejam mesmo mais numerosos e mais significativos que os segundos mas, é importante analisar porque aparecem sempre como fenômenos distintos apesar das conexões que os unem.

O discurso dos movimentos urbanos é, quase necessariamente, crítico com relação aos governos. Na América Latina, nestas últimas décadas, foram numerosos os países que viveram ou vivem sob regimes autoritários e, nestas condições, as novas formas de participação popular assumiram um caráter de resistência democrática. Surgiram como atores novos e espontâneos que invadiram a arena política, onde representavam as justas reivindicações populares.

Neste contexto, os grupos inter-classistas ligados a movimentos tais como o feminista, ecológico, estudantil, entre outros, só se sentiam plenamente legitimados quando pretendiam ou conseguiam mobilizar as classes populares.

O movimento das mulheres é um bom exemplo deste diálogo entre classes que se dá a partir dos movimentos sociais contra a discriminação e em direção dos movimentos reivindicativos e populares.

Em sua grande maioria, as mulheres que iniciaram as atividades feministas na América Latina tinham (ou tinham tido) alguma simpatia pelas posições de esquerda. Viam a luta pela libertação da mulher como um passo para uma sociedade onde não só não deveria haver discriminação entre sexos, mas onde também não caberia a dominação de classe. A realidade social de nossos países é chocante e por isso o combate a miséria e a marginalização do povo tem sempre precedência.

Nestas condições, o feminismo latino-americano dirigia-se sempre para as mulheres das classes pobres, apesar de que todas as manifestações feministas vinham das mulheres de classe média. Um processo de liberação, que priorizava a conscientização das outras mulheres, que estavam em outra classe. No Brasil, todos os jornais que foram editados por mulheres durante a década de 70, dirigiam-se às mulheres das classes trabalhadoras. Os temas tratados, a forma de abordá-los, etc. supunham um público popular que, na verdade, nunca foi atingido por estes veículos.

Poderíamos multiplicar os exemplos porque os congressos, os grupos de discussão, os grupos de teatro, etc., são sempre iniciados em bairros populares, com a preocupação de mobilizar as mulheres do povo.

/Curiosamente, o

Curiosamente, o movimento feminista não discutiu teoricamente esta sua prática. Parecia evidente que projeto político só quando mobiliza as classes pobres e só assim consegue e repercussão. E esta falta de reflexão teórica original sobre a prática que estava sendo desenvolvida, fez com que muitos grupos reeditassem aqui, as discussões que mobilizavam as mulheres na Europa e nos EEUU, sobre a procedência da luta contra a dominação de classe sobre a luta de emancipação das mulheres. E óbvio que estas questões tinham muita importância em nossos países, mas não conheço nenhum trabalho que procure colocá-la em termos das peculiaridades de nossa sociedade.

Assim, quase todas concordamos com os argumentos que procuravam legitimar o feminismo como uma frente importante e reconhecendo sua autonomia com relação aos partidos de esquerda. Discutimos os textos polêmicos e aceitamos que a igualdade entre os sexos não decorre, naturalmente, das mudanças das relações de produção. Rejeitamos as classificações de contradições em principais e secundárias, onde se reserva sempre um segundo lugar para as reivindicações das mulheres.

Mas, apesar de tudo isto, no momento da ação, os grupos feministas buscaram sua legitimação neste feminismo para a outra. Acredita-se que, para mudar a sociedade, o melhor é começar a mudar os trabalhadores.

Esta postura, trouxe alguns impasses para a ação feminista. Não é fácil a mobilização das mulheres nas famílias trabalhadoras e as dificuldades são de várias ordens. A primeira diz respeito a falta de instrumentos de comunicação que permitam superar o isolamento entre as classes. Os jornais que não chegavam ao público desejado podem ser um exemplo, mas também os grupos de discussão que não se multiplicam ou atividades que pretendem ajudar ou proteger as mulheres e que também ficam fechadas em circuitos restritos.

E, este isolamento, nos leva a segunda dificuldade que estas ações feministas tornaram manifesta: o processo de "conscientização", nem sempre tem força para produzir transformações nas relações entre os sexos. E, como todos os movimentos sociais libertários, os movimentos de mulheres privilegiaram a palavra como instrumento de ação, acreditando que "fazer a cabeça" é fazer a revolução.

Tanto a primeira como a segunda destas dificuldades andam juntas e estão interrelacionadas, porque os métodos de ação pressupõem um tipo de crescimento do movimento baseado no efeito-demonstração do esclarecimento e da denúncia.

/Chegamos a

Chegamos a um momento em que já se pode dar um balanço destas experiências, resgatando seus muitos lados positivos mas, talvez desenhando outros modelos de ação. Não reconhecer o lado positivo de toda esta atuação seria cegueira. Não cabe dúvida quanto ao fato de que, atualmente, é mais difícil discriminar as mulheres e, em graus variados, os homens (de diferentes classes) reconhecem que é preciso melhorar a condição feminina. A presença feminista marcou o reconhecimento dos direitos das mulheres porque a divulgação de suas teses passou pelos meios de comunicação de massa que desempenharam um papel fundamental.

Para o caso brasileiro este papel é bastante visível porque na TV, tanto as novelas como as reportagens e especialmente um seriado -Malú Mulher e alguns quadros da TV Mulher- trataram e tratam explicitamente de temas feministas. Existem também programas de rádio, dirigidos às mulheres, onde quer respondendo cartas-consultas, quer discorrendo sobre temas do cotidiano, a perspectiva é de reconhecimento do direito à igualdade.

Entre os meios de comunicação, a imprensa parece ser a mais fechada para o debate da condição feminina. Existem poucos jornais que publicam regularmente matérias sobre estes assuntos que, quando existem, tem pouco destaque, e pouco espaço.

Não há dúvida de que, no balanço geral, os meios de comunicação tiveram um papel importante para divulgar e legitimar as reivindicações das mulheres.

Ao reconhecer a importância destas formas de divulgação sob as quais o movimento feminista não tem qualquer controle, encaminha-se a necessidade de uma reflexão sobre as consequências sociais destes procedimentos. No mínimo precisamos reavaliar a estratégia de trabalho com pequenos grupos em bairros populares, frente a esta massa de informação que atinge um público muito amplo. Estabelecer algum contato entre as ações concretas dos grupos organizados e estes programas de TV ou rádio é uma tarefa impossível e ninguém tem ilusões quanto ao controle exercido sobre as informações nas comunicações da massa. Esta não pode ser uma meta explícita do movimento feminista mas, com certeza, todas as oportunidades devem ser aproveitadas porque seu efeito é enorme. O importante é repensar o estilo de atuação em pequenos grupos considerando que sua multiplicação e eficácia possivelmente dependam mais da divulgação pela TV e rádio que da expansão a partir dos núcleos organizados.

/Os programas

Os programas com mulheres das classes trabalhadoras tem em geral, uma excelente receptividade. E reconfortante reconhecer que os debates sobre temas como sexualidade, trabalho remunerado, divisão de tarefas domésticas, etc. são sempre bem recebidos e realmente, as mulheres envolvidas ganham consciência dos mecanismos que as discriminam. Entretanto, esta influência ideológica não tem força para transformar as limitações que se impõe ao cotidiano das classes populares. Tudo que se pode programar são ações típicas, importantes como tal, mas cuja possibilidade de expansão é pequena. Entretanto, estes programas de ação são importantes e tem eficácia porque não estão agindo isolados. Por um lado, a comunicação de massa, como vimos, tem atuado na retaguarda. E, por outro lado, a Igreja também tem sido um apoio fundamental.

A Igreja renovada tem uma presença constante nos bairros populares. E um dos poucos núcleos agregadores desta população tradicionalmente dispersa e pouco participante e, seu trabalho associa o despertar de uma nova consciência religiosa ao desenvolvimento de uma visão política menos conformista.

Este trabalho de mobilização local atingiu, preferencialmente, o público habitual da Igreja, isto é, as mulheres. Para conseguir delas uma maior participação, os sacerdotes foram obrigados a discutir, além dos problemas locais, a igualdade de direitos e deveres para ambos os sexos.

Se a população pobre é, em geral passiva, as mulheres o eram duplamente. Levá-las aos movimentos reivindicativos e desenvolver nelas um sentido de responsabilidade para com a comunidade significava tirá-las do confinamento doméstico para o espaço público; ao mesmo tempo que se criticava a religião tradicional como alienante e se atribuía um sentido religioso à política.

Para muitas mulheres, a participação nas Comunidades Eclesiais de Base ou em outros grupos da Igreja significou uma mudança de vida e uma revelação: "Eu acho que na Comunidade se descobre muita coisa... através da comunidade; do povo se unir, daquele povo que se unia, discutia, trocava ideias. Agente fala como sabe, fala como quer, ou certo ou errado; não fica medindo palavra para falar... então eu acho que a gente vai descobrindo muita coisa. Lurdes, Dona de casa. J.C."..

"E' uma coisa boa para nós! Pelo menos a gente fica conhecendo mais gente... Depois que começou a Comunidade foi se entrosando um com o outro" (Vera, dona de casa, J.C.).

"A igreja agora, a igreja renovada tem um trabalho muito importante... não é mais aquela igreja que você vai só rezar. A gente pode discutir e vai descobrindo as problemas da gente... Eu quero participar, eu estou participando. Não perco reunião... Faço uma loucura, chego em casa à meia-noite, (em casa é pesado pra mim chegar tarde) mas é que tenho sede, aquela sede de justiça, pra ver se tenho um conhecimento mais rápido" (Palmira, dona de casa, J.M.).

Poderíamos multiplicar os exemplos mas eles seriam recorrentes no que diz respeito ao reconhecimento da importância da Igreja na mudança de vida das pessoas. E, sendo a igreja uma instituição internacional, esta sua influência produz resultados muito mais generalizados que os movimentos sociais que tem uma ação pontual. Participando das Comunidades de Base ou dos clubes de mães em bairros longínquos, as mulheres sentem que aprendem e que se enriquecem pela convivência com seus iguais. Isto significa sair da opressão doméstica para participar de manifestações que, ao contar com o beneplácito da igreja, ficam legitimadas aos olhos dos homens e do conjunto da comunidade local.

Entretanto, este processo de politização leva, também a conflitos com o clero. Observamos estudando alguns bairros de S. Paulo que, justamente naquelas paróquias onde as mulheres se tornaram mais participantes, houve uma autonomização destes grupos com relação a igreja. Este processo não ocorre apenas com os grupos de mulheres mas, principalmente com elas.

Em dois casos que pesquisamos mais longamente, as clubes de mães foram quase naturalmente levados a discutir os problemas cotidianos que pesam sobre as mulheres. Daí, aos movimentos reivindicativos urbanos foi um passo e, segue-se outro em direção à discussão das discriminações sexuais, especialmente aquelas que dizem respeito a sexualidade e a reprodução.

Em geral, este é o movimento em que estes grupos se abrem para influências alheias à igreja. Algumas vezes, encontram feministas que, a partir de um grupo de ação, ou individualmente, organizam um trabalho de reflexão sobre a condição feminina.



A partir deste momento, a relação com a igreja se torna ambígua. Os grupos se definem como autônomos mas, como nasceram à sombra da religião, suas atividades são vistas como fruto da nova teologia. Neste contexto, a necessidade de guardar distância com relação a igreja aparece como resultado da incompreensão momentânea de pessoas, e não dos limites da religião.

... "sempre foi contestado que o movimento de mulher, na cabeça de muitas pessoas da igreja, não foi aceito mesmo (...) não vou contra também, porque tem pessoas que não aceita mesmo o movimento de mulher. E, quando eu lá dentro, sou do movimento de mulher, eu sou da igreja e do movimento de mulher. Aguento a barra! Foi quando me disseram: ou você volta para a igreja ou você quer levar uma briga com a igreja! E eu digo: não! não vou brigar mas de lá não saio. Por que lá é meu lugar; por que é nosso lugar! (...) mas mesmo tendo um trabalho grande com as mulheres -eu me dedico bastante- mas o meu trabalho na comunidade eu sempre dou prioridade... (Palmira, dona de casa, J.M.).

Neste depoimento aparece com clareza o conflito de identidades. Conflito mal resolvido que encontramos também em outro bairro estudado e reencontramos em relatos recolhidas em outros países <sup>1/</sup> Parece ser um enfrentamento inevitável que, entretanto, não ocorre pelas razões esperadas.

Entre as não católicos, existe uma opinião bastante generalizada de que a igreja não pode sustentar continuamente este caminho libertador e, mais cedo ou mais tarde, terá que repor valores morais que serão limitantes para a discussão feminista. Mas não creio que este seja o bom caminho para compreender as relações entre igreja e movimento de mulheres. Por um lado, os religiosos que estão em contacto direto com as camadas mais pobres tem uma grande flexibilidade ao tratar assuntos como o planejamento familiar, direitos iguais para os dois sexos no que diz respeito a: prazer sexual, educação dos filhos, trabalho fora de casa, separações de casais, etc. Tudo isto implica em uma revisão na maneira de encarar o papel de mãe que, acredito, está em curso.

---

<sup>1/</sup> Ver Massolo, Alejandra e Rönner, Lucila D., Dona Jovita, uma mujer en el movimiento urbano popular.

É obvio, entretanto, que estas mudanças encontram limites quando esbarram naqueles pontos em que o pensamento católico coincide com as expectativas sociais. Por exemplo: o aborto é, unanimemente, condenado; assim como a troca de parceiros sexuais e, portanto a sexualidade que se manifesta fora do modelo de casais estáveis. E, a população mobilizada nos bairros concorda com a igreja. Existe alguma resistência a aceitar o aborto (o que não significa que não seja praticado) e a estabilidade das casais é vista quase como condição para que as mulheres possam ser mais liberadas, sem serem mal consideradas.

Logo, não são os limites impostos pela igreja que afastam dela os grupos de mulheres. As feministas, nestes bairros, também costumam ter cuidado ao colocar temas controversos e, sua prática política, pressupõe uma crença na conscientização que levará a um feminismo sem fronteiras. O preconceito que existe contra a palavra feminismo indica que as posições mais radicais não são compartilhadas.

Esta prática vanguardista obscurece a competição ideológica entre grupos e instituições que procuram influenciar os setores populares. E, deste modo, se mantém a ilusão da solidariedade comunitária, mesmo quando os conflitos entre grupos se torna bastante aparente. Os testemunhos já recolhidos a respeito da participação popular fazem constantes referências a intromissões partidárias, religiosas, competições entre lideranças locais, etc. Entretanto, raramente o conflito é reconhecido como expressão de processos complexos que definem interesses distintos e coexistentes dentro de um grupo local. E, as intervenções que visam a promoção popular quase sempre supõem a existência de uma comunidade solidária e harmônica e interpretam a competição interna como resultado da falta de clareza e de informação. Nas controvérsias, há sempre um lado reconhecido como mais esclarecido e que, a longo prazo conquistará a hegemonia.

Este é um ponto que merece discussão porque, estas novas formas de atuação política que reúnem mulheres feministas, padres católicos, militantes políticos estão, efetivamente, criando condições para que cresça a presença popular no cenário político. E, amida que fosse apenas este o resultado positivo, já estariam justificados estes projetos de ação. Mas, apesar de que talvez se enganem ao supor que estão construindo as bases para uma contestação da forma política do Estado; acertam ao promover o debate da vida cotidiana e a prática de uma convivência mais democrática. Quanto a

/este aspecto,

este aspecto, as que foram mobilizados contam com riqueza de detalhes como as relações entre os sexos, entre pais e filhos, entre adultos e crianças se renovam depois de sua organização nestes grupos. Este é uma conquista que nunca se perde.

O outro lado desta questão diz respeito a avaliação da eficácia dos movimentos reivindicativos promovidos por estes grupos populares. É preciso analisar melhor as novas relações que, no mundo atual, existem entre a sociedade civil e o Estado.

Desde as movimentos explosivos dos anos 60, que voltaram as costas para o aparato estatal, foi sendo conquistado um espaço para as manifestações que vem da sociedade e expressam o desejo de um maior controle sobre as políticas sociais. As críticas às formas conhecidas de representação política (parlamentos, partidos, sindicatos) tem estado associadas a constatação de sua ineficácia relativa para resolver as necessidades mais urgentes. O poder executivo, em compensação, tem aumentado seu âmbito de ação e por isso deve ser pressionado pela sociedade.

Os movimentos reivindicativos, neste contexto, são uma forma nova de comunicação entre o governo e os governados. Não se trata de um diálogo ameno porque é inevitavelmente desigual. O Estado conta sempre com a arma da repressão enquanto a força das setores populares está na agressividade com que contestam a justiça das políticas sociais.

Em resumo, a maior mobilização popular é efetivamente uma arma de luta mas, talvez não seja suficientemente contundente para produzir mudanças profundas. A multiplicação das ações reivindicativas, por si mesmo, não parece produzir uma mudança qualitativa capaz de dar origem a um novo sujeito histórico. Entretanto, o aumento da mobilização produz transformações profundas no modo de vida popular, o que, sem dúvida, diminui as discriminações e repressões e aumenta a autonomia individual.

Esta é uma conquista importante em nossos países de tradição elitista e discriminadora. A extensão da cidadania às classes populares é uma mudança significativa e, reconhecer as mulheres como cidadãs plenas é um avanço democrático ainda maior.

[The page contains extremely faint and illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the document. The text is too light to transcribe accurately.]